

BOLETIM JURÍDICO

NÚMERO 126 - JANEIRO DE 2020

SUMÁRIO

LEGISLAÇÃO ESTADUAL

Lei Complementar.....	2
Leis Ordinárias.....	2
Decretos.....	3

LEGISLAÇÃO FEDERAL

Leis Ordinárias.....	4
Decretos.....	6

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

Portarias.....	9
Pareceres.....	10

PROCURADORA-GERAL DO ESTADO
Célia Iraci da Cunha

PROCURADOR-GERAL ADJUNTO PARA
ASSUNTOS JURÍDICOS
Eduardo Zanatta Brandeburgo

GOVERNO DE
SANTA CATARINA

LEI COMPLEMENTAR**LEI COMPLEMENTAR Nº 752
18 DE DEZEMBRO DE 2019**

Ementa: altera o art. 26 da lei nº 6.215, de 1983, que dispõe sobre promoção de oficiais da Polícia Militar do estado e dá outras providências. ([Inteiro teor](#)).

**LEI COMPLEMENTAR Nº 753
19 DE DEZEMBRO DE 2019**

Ementa: altera a lei complementar nº 575, de 2012, que cria a Defensoria Pública do estado de Santa Catarina, dispõe sobre sua organização e funcionamento e estabelece outras provi-

dências, para reger o estágio de estudantes na Defensoria Pública do estado de Santa Catarina. ([Inteiro teor](#))

LEIS ORDINÁRIAS**LEI Nº 17.804
4 DE DEZEMBRO DE 2019**

Institui o fundo de melhoria da perícia oficial (FUMPOF) e estabelece outras providências. ([Inteiro teor](#))

**LEI Nº 17.805
4 DE DEZEMBRO DE 2019**

Denomina Raul Bayer Laus a escola de educação básica localizada no bairro espinheiros, no município de Itajaí. ([Inteiro teor](#))

**LEI Nº 17.806
4 DE DEZEMBRO DE 2019**

Autoriza a concessão de uso de imóvel no município de Joinville. ([Inteiro teor](#))

**LEI Nº 17.807
4 DE DEZEMBRO DE 2019**

Autoriza doação de imóveis no município de Jacinto Machado. ([Inteiro teor](#))

**LEI Nº 17.808
4 DE DEZEMBRO DE 2019**

Reconhece o município de Lindoia do Sul como a capital catarinense do filo. ([Inteiro teor](#))

**LEI Nº 17.809
4 DE DEZEMBRO DE 2019**

Concede o título de cidadão catarinense ao Engenheiro Agrônomo José Oscar Kurtz. ([Inteiro teor](#))

**LEI Nº 17.810
4 DE DEZEMBRO DE 2019**

Denomina Celio Alves Marinho, o viaduto localizado na rodovia Antonio Heil, km 1,8 da rodovia sc-486, no cruzamento da rua Benjamim Dagnoni com a rua Pedro Wanzuita, no bairro Itaipava, no Município de Itajaí. ([Inteiro teor](#))

**LEI Nº 17.811
4 DE DEZEMBRO DE 2019**

Denomina Milton Sander a rodovia sc-160, no trecho entre saudades - entroncamento com o acesso municipal a Cunhatai; e São Carlos - entroncamento com o acesso a Cunhatai. ([Inteiro teor](#))

**LEI Nº 17.812
4 DE DEZEMBRO DE 2019**

Denomina Osvaldo Ferreira de Melo o elevado localizado no entroncamento da rodovia sc-401 com a rodovia sc-402, no município de Florianópolis. ([Inteiro teor](#))

**LEI Nº 17.813
4 DE DEZEMBRO DE 2019**

Altera a lei nº 16.720, de 2015, que consolida as leis que dispõem sobre denominação de bens públicos no âmbito do estado de Santa Catarina, para o fim de denominar João Nilson Zunino e deputado Diomicio Freitas os trechos, que mencionam, da rodovia sc-401, no município de Florianópolis. ([Inteiro teor](#))

**LEI Nº 17.814
4 DE DEZEMBRO DE 2019**

Altera o anexo i da lei nº 17.335, de 2017, que consolida as leis que dispõem sobre a instituição de datas e festividades alusivas no âmbito do estado de Santa Catarina, para instituir o dia estadual do promotor público e poeta Cruz e Sousa. ([Inteiro teor](#))

**LEI Nº 17.815
4 DE DEZEMBRO DE 2019**

Altera o anexo i da lei nº 17.335, de 2017, que consolida as leis que dispõem sobre a instituição de datas e festividades alusivas no âmbito do estado de Santa Catarina, para instituir o dia da igreja do evangelho quadrangular, a ser comemorado, anualmente, no dia 15 de novembro. ([Inteiro teor](#))

**LEI Nº 17.816
4 DE DEZEMBRO DE 2019**

Altera o anexo i da lei nº 17.335, de 2017, que consolida as leis que dispõem sobre a instituição de datas e festividades alusivas no âmbito do estado de Santa Catarina, para instituir o dia estadual do bombeiro voluntário. ([Inteiro teor](#))

**LEI Nº 17.817
4 DE DEZEMBRO DE 2019**

Altera o anexo II da lei nº 17.335, de 2017, que consolida as leis que dispõem sobre a instituição

de datas e festividades alusivas no âmbito do estado de Santa Catarina para instituir semana de prevenção de acidentes aquáticos. ([Inteiro teor](#))

**LEI Nº 17.818
4 DE DEZEMBRO DE 2019**

Altera o anexo único da lei nº 16.733, de 2015, que consolida as leis que dispõem sobre o reconhecimento de utilidade pública estadual no âmbito do estado de Santa Catarina, para alterar a denominação da associação catarinense de futsal para associação sul americana de esportes, cultura, turismo e lazer, de Florianópolis. ([Inteiro teor](#))

**LEI Nº 17.819
9 DE DEZEMBRO DE 2019**

Institui o fundo estadual de assistência social (FE-AS-SC) e estabelece outras providências. ([Inteiro teor](#))

**LEI Nº 17.820
9 DE DEZEMBRO DE 2019**

Isenta do imposto sobre operações relativas a circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação (ICMS) as operações internas com insumos agropecuários, reduz a base de cálculo do ICMS nas operações com as mercadorias que compõem a cesta básica, e estabelece outras providências. ([Inteiro teor](#))

**LEI Nº 17.821
10 DE DEZEMBRO DE 2019**

Altera a lei nº 14.949, de 2009, que dispõe sobre a obrigatoriedade de apresentação de caderneta de vacinação para matrícula anual na rede pública e privada de ensino do estado de Santa Catarina. ([Inteiro teor](#))

**LEI Nº 17.822
10 DE DEZEMBRO DE 2019**

Institui normas para a abertura de conta bancária em campanhas solidárias que visem custear o tratamento de saúde de pessoas com insuficiência de recursos financeiros, no âmbito do estado de Santa Catarina. ([Inteiro teor](#))

LEIS ORDINÁRIAS

LEI Nº 17.823

10 DE DEZEMBRO DE 2019

Denomina o acesso da cidade de princesa até o trevo da br-163 - são José do cedro de Arthur Felipe Thiessen. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 17.824

10 DE DEZEMBRO DE 2019

Dispõe sobre a denominação de batalhões de Polícia Militar. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 17.825

12 DE DEZEMBRO DE 2019

Dispõe sobre a defesa sanitária vegetal no estado de Santa Catarina e estabelece outras providências. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 17.826

18 DE DEZEMBRO DE 2019

Dispõe sobre o ingresso de bovinos e bubalinos no estado e estabelece outras providências. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 17.827

18 DE DEZEMBRO DE 2019

Autoriza a concessão de uso de imóvel no município de Araranguá. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 17.828

18 DE DEZEMBRO DE 2019

Altera a lei nº 13.622, de 2005, que normatiza a participação de atletas, representantes de municípios, nas competições intermunicipais promovidas pelo sistema desportivo estadual de Santa Catarina, através da fundação catarinense de desporto - Fesporte, para permitir a inscrição de atleta formado esportivamente no estado. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 17.829

18 DE DEZEMBRO DE 2019

Fixa o valor referencial de vencimento dos servidores do poder legislativo. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 17.830

18 DE DEZEMBRO DE 2019

Altera o art. 2º da lei nº 17.386, de 2017, que institui a semana do resgate cultural regional no estado de Santa Catarina, com o fim de acrescentar o resgate da tradição oral. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 17.831

18 DE DEZEMBRO DE 2019

Altera o anexo IV da lei nº 17.335, de 2017, que consolida as leis que dispõem sobre a instituição de datas e festividades alusivas no âmbito do estado de Santa Catarina, para incluir a festa da tainha do município de balneário rincão. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 17.832

18 DE DEZEMBRO DE 2019

Altera o anexo III da lei nº 17.335, de 2017, que consolida as leis que dispõem sobre a instituição de datas e festividades alusivas no âmbito do estado de Santa Catarina, para incluir o mês maio branco, dedicado a ações voltadas a doação de leite humano, e adota outras providências. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 17.833

18 DE DEZEMBRO DE 2019

Altera o anexo II da lei nº 17.335, de 2017, que consolida as leis que dispõem sobre a instituição de datas e festividades alusivas no âmbito do estado de Santa Catarina, para instituir a semana estadual dos objetivos do desenvolvimento sustentável. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 17.834

18 DE DEZEMBRO DE 2019

Altera a lei nº 17.335, de 2017, que consolida as leis que dispõem sobre a instituição de datas e festividades alusivas no âmbito do estado de Santa Catarina, para incluir no calendário oficial do estado de Santa Catarina a semana estadual de conscientização sobre a esquizofrenia. ([Inteiro teor](#))

DECRETOS

DECRETO Nº 375

28 DE NOVEMBRO DE 2019

Altera a programação físico-financeira do plano plurianual para o quadriênio 2016-2019, aprovado pela lei nº 16.859, de 2015. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 382

5 DE DEZEMBRO DE 2019

Altera a programação físico-financeira do plano plurianual para o quadriênio 2016-2019, aprovado pela lei nº 16.859, de 2015. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 385

10 DE DEZEMBRO DE 2019

Estabelece as normas gerais a serem observadas pelos órgãos e pelas entidades da administração pública estadual direta e indireta para captação de recursos por meio de operação de crédito e transferência voluntária, para concessão de garantias, bem como para assunção, reconhecimento e confissão de dívidas. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 386

10 DE DEZEMBRO DE 2019

Homologa situação de emergência no município que menciona. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 387

10 DE DEZEMBRO DE 2019

Dispõe sobre a composição do conselho estadual de acompanhamento e controle social do fundo de manutenção e desenvolvimento da educação básica e valorização dos profissionais da educação (Fundeb). ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 388

10 DE DEZEMBRO DE 2019

Dispõe sobre a homologação de pareceres e resoluções do conselho estadual de educação (CEE). ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 389

10 DE DEZEMBRO DE 2019

Altera o decreto nº 39, de 2019, que institui o programa governo sem papel no âmbito da administração pública estadual direta e indireta e estabelece outras providências. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 393

11 DE DEZEMBRO DE 2019

Altera o decreto nº 344, de 2019, dispõe sobre os procedimentos a serem adotados pelos órgãos e pelas entidades da administração pública

estadual, integrantes do orçamento fiscal e da seguridade social, durante a execução orçamentária e financeira do exercício, bem como para o fechamento orçamentário, financeiro e contábil, mensal e anual, em cumprimento as normas de direito financeiro, e estabelece outras providências. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 394

11 DE DEZEMBRO DE 2019

Introduz as alterações 4.081 e 4.082 no RICMS/SC-01. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 398

12 DE DEZEMBRO DE 2019

Dispõe sobre a aplicação temporária de valores de diárias para os grupos de cargos, empregos e funções que menciona, exclusivamente durante o período transitório da operação veraneio, temporada 2019/2020, e estabelece outras providências. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 401

18 DE DEZEMBRO DE 2019

Dispõe sobre a homologação de pareceres e resoluções do conselho estadual de educação (CEE/SC). ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 402

18 DE DEZEMBRO DE 2019

Dispõe sobre a convocação excepcional de escalas de plantão de agente penitenciário e de agente de segurança socioeducativo em caso de necessidade de serviço e de interesse público e estabelece outras providências. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 403

18 DE DEZEMBRO DE 2019

Altera o decreto nº 1.392, de 2008, que cria e ativa o batalhão de aviação da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina e estabelece outras providências. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 404

18 DE DEZEMBRO DE 2019

Autoriza o poder executivo a aceitar a doação, sem encargo, de imóvel no município de Braço do Norte. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 405

19 DE DEZEMBRO DE 2019

Prorroga prazo de recolhimento do ICMS, nos termos do art. 36 da lei nº 10.297, de 1996. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 406

19 DE DEZEMBRO DE 2019

Altera a programação físico-financeira do plano plurianual para o quadriênio 2016-2019, aprovado pela lei nº 16.859, de 2015. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 413

20 DE DEZEMBRO DE 2019

Institui o comitê gestor SC Bem Mais Simples (SCBMS) no âmbito da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 414

20 DE DEZEMBRO DE 2019

Dispõe sobre a homologação de pareceres e resoluções do conselho estadual de educação (CEE/SC). ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 415

20 DE DEZEMBRO DE 2019

Altera o anexo único do decreto nº 235, de 2019, que aprova a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso de recursos estaduais para o terceiro quadrimestre do

exercício financeiro de 2019 e estabelece outras providências. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 416

20 DE DEZEMBRO DE 2019

Dispõe sobre a transferência e baixa de bens móveis das extintas agências de desenvolvimento regional (ADRS) e estabelece outras providências. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 417

20 DE DEZEMBRO DE 2019

Homologa a resolução nº 05, de 2019, da junta comercial do estado de Santa Catarina (Jucesc), que aprova a atualização monetária da tabela de preços dos serviços pertinentes ao registro público de empresas mercantis e atividades afins e estabelece outras providências. ([Inteiro teor](#))

LEGISLAÇÃO FEDERAL

LEIS ORDINÁRIAS

LEI Nº 13.928

10 DE DEZEMBRO DE 2019

Institui o Dia Nacional da Economia Solidária. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 13.930

10 DE DEZEMBRO DE 2019

Altera a Lei nº 10.332, de 19 de dezembro de 2001, para garantir aplicação de percentual dos recursos do Programa de Fomento à Pesquisa em Saúde em atividades relacionadas ao desenvolvimento tecnológico de medicamentos, imunobiológicos, produtos para a saúde e outras modalidades terapêuticas destinados ao tratamento de doenças raras ou negligenciadas. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 13.931

10 DE DEZEMBRO DE 2019

Altera a Lei nº 10.778, de 24 de novembro de 2003, para dispor sobre a notificação compulsória dos casos de suspeita de violência contra a mulher. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 13.932

10 DE DEZEMBRO DE 2019

Altera a Lei Complementar nº 26, de 11 de setembro de 1975, e as Leis nos 8.036, de 11 de

maio de 1990, 8.019, de 11 de abril de 1990, e 10.150, de 21 de dezembro de 2000, para instituir a modalidade de saque-aniversário no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e assegurar o equilíbrio econômico-financeiro do Fundo, dispor sobre a movimentação das contas do Programa de Integração Social (PIS) e do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep) e sobre a devolução de recursos ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), alterar disposições sobre as dívidas do Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS), e extinguir a cobrança da contribuição de 10% (dez por cento) devida pelos empregadores em caso de despedida sem justa causa. ([Mensagem de veto](#)). ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 13.933

11 DE DEZEMBRO DE 2019

Altera a Lei nº 12.458, de 26 de julho de 2011, para vedar a outorga do título de patrono ou patrona a pessoas vivas. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 13.934

11 DE DEZEMBRO DE 2019

Regulamenta o contrato referido no § 8º do art. 37 da Constituição Federal, denominado “contra-

to de desempenho”, no âmbito da administração pública federal direta de qualquer dos Poderes da União e das autarquias e fundações públicas federais. ([Mensagem de veto](#)). ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 13.935

11 DE DEZEMBRO DE 2019

Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 13.936

13 DE DEZEMBRO DE 2019

Abre ao Orçamento de Investimento para 2019, em favor da empresa Petrobras Netherlands B.V., crédito especial no valor de R\$ 5.418.248.000,00 para os fins que especifica. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 417

20 DE DEZEMBRO DE 2019

Homologa a resolução nº 05, de 2019, da junta comercial do estado de Santa Catarina (Jucesc), que aprova a atualização monetária da tabela de preços dos serviços pertinentes ao registro público de empresas mercantis e atividades afins e estabelece outras providências. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 13.937

13 DE DEZEMBRO DE 2019

Abre ao Orçamento de Investimento crédito suplementar no valor de R\$ 1.822.892.800,00, em favor da empresa Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, para os fins que especifica. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 13.938

13 DE DEZEMBRO DE 2019

Abre ao Orçamento de Investimento para 2019 crédito suplementar no valor de R\$ 490.805.637,00, em favor das empresas Companhia Docas do Espírito Santo - Codesa, Companhia Docas do Estado de São Paulo - Codesp e Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - Infraero, para os fins que especifica. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 13.939

13 DE DEZEMBRO DE 2019

Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Educação, da Justiça e Segurança Pública, da Infraestrutura, do Desenvolvimento Regional e da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, crédito suplementar no valor de R\$ 52.141.807,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 13.940

13 DE DEZEMBRO DE 2019

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Educação, da Justiça e Segurança Pública, do Desenvolvimento Regional e da Cidadania, crédito especial no valor de R\$ 28.179.387,00, para os fins que especifica. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 13.941

13 DE DEZEMBRO DE 2019

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor das Justiças Federal e do Trabalho, crédito especial no valor de R\$ 36.669.543,00, para os fins que especifica. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 13.942

13 DE DEZEMBRO DE 2019

Abre ao Orçamento de Investimento para 2019, em favor das empresas Companhia Docas do Espírito Santo, Empresa Gerencial de Projetos Navais e Itaguaçu da Bahia Energias Renováveis S.A. crédito especial no valor de R\$ 4.075.480,00, para os fins que especifica. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 13.943

13 DE DEZEMBRO DE 2019

Abre ao Orçamento de Investimento para 2019, em favor de empresas estatais, crédito suplementar no

valor de R\$ 691.020.920,00, para os fins que especifica. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 13.944

13 DE DEZEMBRO DE 2019

Abre ao Orçamento de Investimento para 2019, em favor de empresas estatais, crédito suplementar no valor total de R\$ 73.900.709,00, para os fins que especifica. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 13.945

13 DE DEZEMBRO DE 2019

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor das Justiças Federal e do Trabalho e do Ministério Público da União, crédito suplementar no valor de R\$ 22.423.251,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 13.946

13 DE DEZEMBRO DE 2019

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Defesa, crédito especial no valor de R\$ 3.162.567,00, para o fim que especifica. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 13.947

13 DE DEZEMBRO DE 2019

Abre ao Orçamento Fiscal da União em favor dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, do Meio Ambiente e da Defesa, crédito especial no valor de R\$ 1.024.000.000,00, para os fins que especifica. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 13.948

13 DE DEZEMBRO DE 2019

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Desenvolvimento Regional, crédito especial no valor de R\$ 4.000.000,00, para o fim que especifica. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 13.949

13 DE DEZEMBRO DE 2019

Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Educação e da Saúde, crédito especial no valor de R\$ 36.962.409,00, para os fins que especifica. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 13.950

13 DE DEZEMBRO DE 2019

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Conselho Nacional de Justiça, crédito especial no valor de R\$ 7.700.000,00, para o fim que especifica. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 13.951

13 DE DEZEMBRO DE 2019

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Infraestrutura e da Defesa, crédito suplementar no valor de R\$ 5.320.000.000,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 13.952

16 DE DEZEMBRO DE 2019

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Educação, do Desenvolvimento Regional e do Turismo, crédito especial no valor de R\$ 69.345.645,00, para os fins que especifica. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 13.953

16 DE DEZEMBRO DE 2019

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Economia, da Defesa e da Saúde, crédito suplementar no valor de R\$ 490.491.903,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 13.954

16 DE DEZEMBRO DE 2019

Altera a Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980 (Estatuto dos Militares), a Lei nº 3.765, de 4 de maio de 1960, a Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964 (Lei do Serviço Militar), a Lei nº 5.821, de 10 de novembro de 1972, a Lei nº 12.705, de 8 de agosto de 2012, e o Decreto-Lei nº 667, de 2 de julho de 1969, para reestruturar a carreira militar e dispor sobre o Sistema de Proteção Social dos Militares; revoga dispositivos e anexos da Medida Provisória nº 2.215-10, de 31 de agosto de 2001, e da Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008; e dá outras providências. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 13.955

16 DE DEZEMBRO DE 2019

Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, crédito suplementar no valor de R\$ 9.625.700.843,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 13.956

17 DE DEZEMBRO DE 2019

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Infraestrutura e do Desenvolvimento Regional, e de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, crédito especial no valor de R\$ 5.846.700.000,00, para os fins que especifica. ([Inteiro teor](#))

LEGISLAÇÃO FEDERAL

LEIS ORDINÁRIAS

LEI Nº 13.957

18 DE DEZEMBRO DE 2019

Altera a Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2020 e dá outras providências. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 13.958

18 DE DEZEMBRO DE 2019

Institui o Programa Médicos pelo Brasil, no âmbito da atenção primária à saúde no Sistema Único de Saúde (SUS), e autoriza o Poder Executivo federal a instituir serviço social autônomo denominado Agência para o Desenvolvimento da Atenção Primária à Saúde (Adaps). ([Mensagem de veto](#)) ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 13.959

18 DE DEZEMBRO DE 2019

Institui o Exame Nacional de Revalidação de Diplomas Médicos Expedidos por Instituição de Educação Superior Estrangeira (Revalida). ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 13.962

20 DE DEZEMBRO DE 2019

Abre ao Orçamento Fiscal da União em favor de Encargos Financeiros da União e de Operações Oficiais de Crédito, crédito especial no valor de R\$ 71.343.352,00, para os fins que especifica. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 13.963

20 DE DEZEMBRO DE 2019

Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, crédito suplementar no valor de R\$ 2.124.281.608,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 13.964

24 DE DEZEMBRO DE 2019

Aperfeiçoa a legislação penal e processual penal. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 13.965

26 DE DEZEMBRO DE 2019

Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, de Encargos Financeiros da União e de Operações Oficiais de Crédito, crédito suplementar no valor de R\$ 2.077.898.774,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 13.966

26 DE DEZEMBRO DE 2019

Dispõe sobre o sistema de franquia empresarial e revoga a Lei nº 8.955, de 15 de dezembro de 1994 (Lei de Franquia). ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 13.967

26 DE DEZEMBRO DE 2019

Altera o art. 18 do Decreto-Lei nº 667, de 2 de julho de 1969, para extinguir a pena de prisão disciplinar para as polícias militares e os corpos de bombeiros militares dos Estados, dos Territórios e do Distrito Federal, e dá outras providências. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 13.968

26 DE DEZEMBRO DE 2019

Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para modificar o crime de incitação ao suicídio e incluir as condutas de induzir ou instigar a automutilação, bem como a de prestar auxílio a quem a pratique. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 13.969

26 DE DEZEMBRO DE 2019

Dispõe sobre a política industrial para o setor de tecnologias da informação e comunicação e para o setor de semicondutores e altera a Lei nº 11.484, de 31 de maio de 2007, a Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, a Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e a Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 13.970

26 DE DEZEMBRO DE 2019

Altera a Lei nº 10.931, de 2 de agosto de 2004, que dispõe sobre o patrimônio de afetação de incorporações imobiliárias, e a Lei nº 12.024, de 27 de agosto de 2009, que dispõe sobre o tratamento tributário a ser dado às receitas mensais auferidas pelas empresas construtoras nos contratos de construção de moradias firmados no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV). ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 13.971

27 DE DEZEMBRO DE 2019

Institui o Plano Plurianual da União para o período de 2020 a 2023. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 13.972

27 DE DEZEMBRO DE 2019

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; da Educação; da Justiça e Segurança Pública e do Desenvolvimento Regional, crédito especial no valor de R\$ 17.010.000,00, para os fins que especifica. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 13.973

27 DE DEZEMBRO DE 2019

Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, da Educação, da Saúde, da Infraestrutura, do Desenvolvimento Regional, da Cidadania e da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, crédito suplementar no valor de R\$ 146.525.834,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. ([Inteiro teor](#))

LEGISLAÇÃO FEDERAL

DECRETOS

DECRETO Nº 10.146

29 DE NOVEMBRO DE 2019

Prorroga o prazo de inventariança da extinta empresa binacional Alcântara Cyclone Space e altera o Decreto nº 9.581, de 23 de novembro de 2018, para prorrogar o remanejamento

temporário dos cargos em comissão do Grupo Direção e Assessoramento Superiores - DAS destinados a compor a inventariança. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 10.147

2 DE DEZEMBRO DE 2019

Dispõe sobre a qualificação de unidades de conservação no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República e sobre a sua inclusão no Programa Nacional de Desestatização. ([Inteiro teor](#))

DECRETOS

DECRETO Nº 10.148

2 DE DEZEMBRO DE 2019

Institui a Comissão de Coordenação do Sistema de Gestão de Documentos e Arquivos da administração pública federal, dispõe sobre a Comissão Permanente de Avaliação de Documentos, as Subcomissões de Coordenação do Sistema de Gestão de Documentos e Arquivos da Administração Pública Federal e o Conselho Nacional de Arquivos, e dá outras providências. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 10.149

2 DE DEZEMBRO DE 2019

Altera o Decreto nº 9.160, de 26 de setembro de 2017, para dispor sobre o Grupo Gestor do Plano Progridir. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 10.150

2 DE DEZEMBRO DE 2019

Altera o Decreto nº 7.775, de 4 de julho de 2012, que regulamenta o art. 19 da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003, para dispor sobre o Programa de Aquisição de Alimentos. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 10.151

2 DE DEZEMBRO DE 2019

Institui o Programa Ciência na Escola. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 10.152

2 DE DEZEMBRO DE 2019

Aprova o Regulamento do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 10.153

3 DE DEZEMBRO DE 2019

Dispõe sobre as salvaguardas de proteção à identidade dos denunciantes de ilícitos e de irregularidades praticados contra a administração pública federal direta e indireta e altera o Decreto nº 9.492, de 5 de setembro de 2018. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 10.154

4 DE DEZEMBRO DE 2019

Remaneja cargos em comissão e funções de confiança, em caráter temporário, para o Ministério da Cidadania, substitui cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS por Funções Comissionadas do Poder Executivo - FCPE, transforma funções de confiança e cria o Escritório de Governança do Legado Olímpico, em caráter temporário, no âmbito do Ministério da Cidadania. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 10.155

4 DE DEZEMBRO DE 2019

Altera o Decreto nº 9.842, de 18 de junho de

2019, para prorrogar o prazo de remanejamento dos cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS alocados, em caráter temporário, no Ministério de Minas e Energia. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 10.156

4 DE DEZEMBRO DE 2019

Altera o Decreto nº 3.035, de 27 de abril de 1999, para autorizar subdelegação no âmbito do Ministério da Economia. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 10.157

4 DE DEZEMBRO DE 2019

Institui a Política Federal de Estímulo ao Transporte Rodoviário Coletivo Interestadual e Internacional de Passageiros. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 10.158

9 DE DEZEMBRO DE 2019

Institui o Fórum Nacional de Corregedorias do Sistema Único de Segurança Pública. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 10.159

9 DE DEZEMBRO DE 2019

Institui o Comitê de Governança Digital da Presidência da República. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 10.160

9 DE DEZEMBRO DE 2019

Institui a Política Nacional de Governo Aberto e o Comitê Interministerial de Governo Aberto. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 10.161

9 DE DEZEMBRO DE 2019

Regulamenta a extinção de contratos de arrendamento de bens vinculados a contratos de parceria do setor ferroviário e a alienação ou a disposição dos bens móveis ferroviários inservíveis do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT, arrendados ou não, localizados na faixa de domínio de ferrovia objeto de contrato de parceria. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 10.162

9 DE DEZEMBRO DE 2019

Institui a Distinção Honorífica dos Heróis do Povo Brasileiro - Educação e o Memorial dos Heróis do Povo Brasileiro - Educação. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 10.163

9 DE DEZEMBRO DE 2019

Dispõe sobre a execução do Oitavo Protocolo Adicional ao Acordo de Transporte Fluvial pela Hidrovia Paraguai-Paraná (Porto de Cáceres -

Porto de Nueva Palmira), firmado pela República Federativa do Brasil, pela República Argentina, pelo Estado Plurinacional da Bolívia, pela República do Paraguai e pela República Oriental do Uruguai. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 10.164

10 DE DEZEMBRO DE 2019

Institui o Comitê de Apoio Operacional ao Pagamento à Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobrás decorrente da revisão do contrato de cessão onerosa de que trata a Lei nº 12.276, de 30 de junho de 2010, e aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios de parte dos valores arrecadados com os bônus de assinatura dos leilões dos volumes excedentes ao limite de que trata o art. 1º, § 2º, da Lei nº 12.276, de 30 de junho de 2010. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 10.165

10 DE DEZEMBRO DE 2019

Altera o Decreto nº 9.309, de 15 de março de 2018, que dispõe sobre a regularização fundiária das áreas rurais. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 10.166

10 DE DEZEMBRO DE 2019

Altera o Decreto nº 9.311, de 15 de março de 2018, que regulamenta a Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, e a Lei nº 13.001, de 20 de junho de 2014, que dispõe sobre o processo de seleção, permanência e titulação das famílias beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 10.167

10 DE DEZEMBRO DE 2019

Dispõe sobre o limite máximo de cessão a resseguradores eventuais de que trata o § 1º do art. 8º da Lei Complementar nº 126, de 15 de janeiro de 2007. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 10.168

10 DE DEZEMBRO DE 2019

Aprova o Programa de Dispendios Globais - PDG das empresas estatais federais para o exercício financeiro de 2020 e dá outras providências. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 10.169

11 DE DEZEMBRO DE 2019

Altera o Decreto nº 9.907, de 9 de julho de 2019, para prorrogar o remanejamento dos cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS alocados, em caráter temporário, na Secretaria-Geral da Presidência da República. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 10.170

11 DE DEZEMBRO DE 2019

Altera o Decreto nº 8.425, de 31 de março de 2015, que regulamenta o parágrafo único do art. 24 e o art. 25 da Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009, para dispor sobre os critérios para inscrição no Registro Geral da Atividade Pesqueira e para a concessão de autorização, permissão ou licença para o exercício da atividade pesqueira. ([inteiro teor](#)).

DECRETO Nº 10.171

11 DE DEZEMBRO DE 2019

Dispõe sobre a passagem à disposição de militares das Forças Armadas. ([inteiro teor](#)).

DECRETO Nº 10.172

11 DE DEZEMBRO DE 2019

Institui o Serviço Social Autônomo Embratur - Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo. ([inteiro teor](#)).

DECRETO Nº 10.173

13 DE DEZEMBRO DE 2019

Altera o Decreto nº 1.800, de 30 de janeiro de 1996, que regulamenta a Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, que dispõe sobre o Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins. ([inteiro teor](#)).

DECRETO Nº 10.174

13 DE DEZEMBRO DE 2019

Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, remaneja cargos em comissão e funções de confiança e transforma cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS e Funções Comissionadas do Poder Executivo - FCPE. ([inteiro teor](#)).

DECRETO Nº 10.175

13 DE DEZEMBRO DE 2019

Institui o Grupo de Trabalho Interministerial sobre Museus Federais. ([inteiro teor](#)).

DECRETO Nº 10.176

16 DE DEZEMBRO DE 2019

Dispõe sobre a execução do Centésimo Quinto Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica nº 18 (105PA-ACE18), firmado pela República Federativa do Brasil, pela República Argentina, pela República do Paraguai e pela República Oriental do Uruguai. ([inteiro teor](#)).

DECRETO Nº 10.177

16 DE DEZEMBRO DE 2019

Dispõe sobre o Conselho Nacional dos Direitos

da Pessoa com Deficiência. ([inteiro teor](#)).

DECRETO Nº 10.178

18 DE DEZEMBRO DE 2019

Regulamenta dispositivos da Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019, para dispor sobre os critérios e os procedimentos para a classificação de risco de atividade econômica e para fixar o prazo para aprovação tácita e altera o Decreto nº 9.094, de 17 de julho de 2017, para incluir elementos na Carta de Serviços ao Usuário. ([inteiro teor](#)).

DECRETO Nº 10.179

18 DE DEZEMBRO DE 2019

Declara a revogação, para os fins do disposto no art. 16 da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, de decretos normativos. ([inteiro teor](#)).

DECRETO Nº 10.180

19 DE DEZEMBRO DE 2019

Reforça as programações de Transferência em favor dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios de parte dos valores arrecadados com os leilões dos volumes excedentes ao limite a que se refere o § 2º do art. 1º da Lei nº 12.276, de 30 de junho de 2010, no valor de R\$ 61.257.166,00. ([inteiro teor](#)).

DECRETO Nº 10.181

19 DE DEZEMBRO DE 2019

Altera o Decreto nº 9.711, de 15 de fevereiro de 2019, que dispõe sobre a programação orçamentária e financeira e estabelece o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo federal para o exercício de 2019. ([inteiro teor](#)).

DECRETO Nº 10.182

19 DE DEZEMBRO DE 2019

Altera o Decreto nº 9.668, de 2 de janeiro de 2019, que aprova a Estrutura Regimental do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República e remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança. ([inteiro teor](#)).

DECRETO Nº 10.183

20 DE DEZEMBRO DE 2019

Altera o Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, que dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União. ([inteiro teor](#)).

DECRETO Nº 10.184

20 DE DEZEMBRO DE 2019

Institui o Comitê Interministerial para a Promoção de Comércio e Investimentos entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Arábia Saudita. ([inteiro teor](#)).

DECRETO Nº 10.185

20 DE DEZEMBRO DE 2019

Extingue cargos efetivos vagos e que vierem a vagar dos quadros de pessoal da administração pública federal e veda a abertura de concurso público e o provimento de vagas adicionais para os cargos que especifica. ([inteiro teor](#)).

DECRETO Nº 10.186

20 DE DEZEMBRO DE 2019

Altera o Decreto nº 10.072, de 18 de outubro de 2019, quanto à data de entrada em vigor de alterações na Estrutura Regimental do Ministério da Economia, aprovada pelo Decreto nº 9.745, de 8 de abril de 2019. ([inteiro teor](#)).

DECRETO Nº 10.187

20 DE DEZEMBRO DE 2019

Dispõe sobre a qualificação da política de fomento ao setor de saneamento básico no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República. ([inteiro teor](#)).

DECRETO Nº 10.188

20 DE DEZEMBRO DE 2019

Regulamenta a Lei nº 9.796, de 5 de maio de 1999, para dispor sobre a compensação financeira entre o Regime Geral de Previdência Social e os regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e entre os regimes próprios, na hipótese de contagem recíproca de tempo de contribuição para efeito de aposentadoria, e dá outras providências. ([inteiro teor](#)).

DECRETO Nº 10.189

23 DE DEZEMBRO DE 2019

Concede indulto natalino e dá outras providências. ([inteiro teor](#)).

DECRETO Nº 10.190

24 DE DEZEMBRO DE 2019

Dispõe sobre a obrigatoriedade de exibição de obras audiovisuais cinematográficas brasileiras. ([inteiro teor](#)).

DECRETO Nº 10.191

27 DE DEZEMBRO DE 2019

Altera o Decreto nº 9.674, de 2 de janeiro de 2019, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Cidadania, e o Decreto nº 9.678, de 2 de janeiro de 2019, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança da Casa Civil da Presidência da República e remaneja cargos em comissão. ([inteiro teor](#)).

DECRETOS

DECRETO Nº 10.192

27 DE DEZEMBRO DE 2019

Altera o Decreto nº 9.870, de 27 de junho de 2019, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão do Gabinete de Intervenção Federal no Estado do Rio de Janeiro e remaneja cargos em comissão. ([inteiro teor](#)).

DECRETO Nº 10.193

27 DE DEZEMBRO DE 2019

Estabelece limites e instâncias de governança para a contratação de bens e serviços e para a realização de gastos com diárias e passagens no âmbito do Poder Executivo federal. ([inteiro teor](#)).

DECRETO Nº 10.194

30 DE DEZEMBRO DE 2019

Altera o Decreto nº 9.906, de 9 de julho de 2019, que institui o Programa Nacional de Incentivo ao Voluntariado, o Conselho do Programa Nacional de Incentivo ao Voluntariado, o Prêmio Nacional de Incentivo ao Voluntariado e o Selo de Acreditação do Programa Nacional de Incentivo ao Voluntariado. ([inteiro teor](#)).

DECRETO Nº 10.195

30 DE DEZEMBRO DE 2019

Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Fun-

ções de Confiança do Ministério da Educação e remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança. ([inteiro teor](#)).

DECRETO Nº 10.196

30 DE DEZEMBRO DE 2019

Aprova o Estatuto e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança da Fundação Joaquim Nabuco - FUNDAJ e remaneja cargos em comissão e funções de confiança. ([inteiro teor](#)).

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

PORTARIAS

PORTARIA GAB/PGE 113/19

9 DE DEZEMBRO DE 2019

A procuradora-geral do estado, no uso da competência conferida pelo art. 7º, incisos II e III, combinado com o disposto no art. 23, § 2º, da lei complementar nº 317, de 30 de dezembro de 2005,

Resolve:

art. 1º designar o procurador do estado Fernando Alves Filgueiras da Silva, matrícula 387.222-0-01, para exercício de suas atribuições funcionais de representação judicial e consultoria jurídica do estado junto à procuradoria especial em Brasília, pelo prazo de 2 (dois) anos, a partir de 1º de janeiro de 2020.

art. 2º esta portaria entra em vigor nesta data.

Célia Iraci da Cunha

Procuradora-geral do estado

PORTARIA GAB/PGE 114/19

13 DE DEZEMBRO DE 2019

A procuradora-geral do estado, no exercício de suas atribuições legais e, com fundamento no art. 7º, §1º, da lei complementar nº 317, de 30 de dezembro de 2005,

Resolve:

Art. 1º delegar ao procurador-geral adjunto para assuntos administrativos, Fernando Mangrich Ferreira, matrícula 329.049-2-02, competência para, no âmbito da procuradoria geral do estado (PGE) e do fundo especial de estudos jurídicos e de reaparelhamento (funjure), autorizar a realização de processos licitatórios em todas as modalidades e homologar os seus resultados, assinar editais, contratos, termos aditivos, termos

de ratificação de dispensas e inexigibilidades de licitação, apostilamentos, convênios, acordos e outros instrumentos congêneres, aplicar penalidades contratuais e assinar os formulários de que trata o anexo I do decreto nº 107, de 25 de abril de 2019.

art. 2º esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

art. 3º fica revogada a portaria gab/pge 0109/2019.

Célia Iraci da Cunha

Procuradora-geral do estado

PORTARIA GAB/PGE 115/19

13 DE DEZEMBRO DE 2019

A procuradora-geral do estado, no exercício de suas atribuições legais e com fundamento na lei complementar nº 485, de 11 de janeiro de 2010,

Resolve:

art. 1º prorrogar a atribuição de exercício de Margaret Maria da Silva, matrícula nº 951.715-4-01, ocupante do cargo de assistente jurídico, na condição de colaborador, junto à casa civil, no período de 01/01/2020 a 31/12/2020, conforme processo administrativo SCC 13129/2019.

Célia Iraci da Cunha

Procuradora-geral do estado

PORTARIA GAB/PGE 116/19

17 DE DEZEMBRO DE 2019

A procuradora-geral do estado, no uso da competência conferida pelo art. 7º, incisos I e XXI, da lei complementar nº 317, de 30 de dezembro de 2005 e pelo art. 1º, inciso IV e §1º, inciso I,

do decreto nº 348, de 13 de novembro de 2019,

Resolve:

art. 1º dispensar Fátima Regina Foster Lobo, matrícula 238.363-2-01, da função de confiança, nível fc-2, da Procuradoria Geral do Estado (PGE).

art. 2º designar Patrícia Farias Adão, matrícula 232.912-3-01, para a função de confiança, nível fc-2, da Procuradoria Geral do Estado (PGE).

art. 3º esta portaria produz efeitos a contar de 1º de janeiro de 2020.

Célia Iraci da Cunha

Procuradora-geral do estado

PORTARIA GAB/PGE 117/19

17 DE DEZEMBRO DE 2019

A Procuradora-Geral do Estado de Santa Catarina e o presidente interino da agência de regulação de serviços públicos de Santa Catarina, no uso das atribuições legais e tendo em vista o que consta nas leis complementares nºs 226/2002 e 485/2010,

Resolvem:

Homologar o período de estágio probatório da servidora Gabriela Souza Zanini, matrícula 358201-9-04, nomeada por concurso público, confirmando-a no cargo de advogado autárquico do quadro de pessoal da agência de regulação de serviços públicos - Aresc, declarando-a estável a partir de 09/11/2019.

Célia Iraci da Cunha

Procuradora-Geral do Estado

Içuriti Pereira da Silva

Presidente Interino da Aresc

PARECER Nº 460/19-PGE

PROCESSO: SCC 12514/2019

INTERESSADO: Secretaria de Estado da Casa Civil

AUTOR: Jair Augusto Scrocaro

EMENTA: Autógrafo – Projeto de Lei de iniciativa governamental que “Dispõe sobre a defesa sanitária vegetal no Estado de Santa Catarina e estabelece outras providências”. Iniciativa da Proposição em Consonância com as Regras Constitucionais – Emendas parlamentares correlacionadas à intenção central manifestada pelo Autor do Projeto, sem criar despesas adicionais ao Executivo – Inexistência de Óbices Constitucional e Infralegal à Sanção.

PARECER Nº 461/19-PGE

PROCESSO: PGE 00003792/2019

ASSUNTO: Dedicção Exclusiva

INTERESSADOS: Guilherme Costa Ferreira de Souza e outros

AUTORA: Daniela Sieberichs Leal

EMENTA: Requerimento. Gratificação de Dedicção Exclusiva. Advogados autárquicos em exercício na PGE. Atribuições diversas das previstas na LC n. 485/2010. Ofensa ao princípio da legalidade. Indeferimento.

PARECER Nº 462/19-PGE

PROCESSO: Nº SCC 12689/2019

INTERESSADA: SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

AUTOR: André Doumid Borges

EMENTA: Autógrafo do Projeto de Conversão em Lei da Medida Provisória nº 226/2019 que “Isenta do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) as operações internas com insumos agropecuários, reduz a base de cálculo do ICMS nas operações com as mercadorias que compõem a cesta básica, e estabelece outras providências”.

1. São competentes os Estados Federados para legislar sobre benefícios fiscais relativos ao ICMS, conforme art. 150, § 6º, da Constituição Federal.
2. Iniciativa adequada.
3. Não apresenta vícios de ilegalidade e de inconstitucionalidade, ressalvado eventual veto ao artigo primeiro por inobservância da Lei de Responsabilidade Fiscal.

PARECER Nº 463/19-PGE

PROCESSO: SCC 12498/2019

INTERESSADO: Secretaria de Estado da Casa Civil

AUTOR: Jair Augusto Scrocaro

EMENTA: Projeto de Lei nº 147/2019, que dispõe sobre a inclusão do tipo sanguíneo na Carteira Nacional de Habilitação. Competência privativa da União para legislar sobre trânsito (art. 22, XI, CF/88). Competência do CONTRAN para especificar as regras sobre a expedição da CNH. Documento que deve ser confeccionado em modelo único (art. 159 do Código de Trânsito). Inconstitucionalidade.

PARECER Nº 464/19-PGE

PROCESSO: SCC 12930/2019

INTERESSADA: Secretaria de Estado da Casa Civil

AUTOR: André Doumid Borges

EMENTA: Autógrafo do Projeto de Lei nº 380/2017, aprovado pela Assembleia Legislativa do Estado, que “Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais (Libras) no âmbito do Estado de Santa Catarina”. Inconstitucionalidade frente ao artigo 22, XVI, da Constituição da República. Recomendação de veto.

PARECER Nº 465/19-PGE

PROCESSO: SCC 12.925/2019

INTERESSADO: Secretaria de Estado da Casa Civil

AUTOR: Jair Augusto Scrocaro

EMENTA: Autógrafo – Projeto de Lei de iniciativa parlamentar que “Altera a Lei nº 13.622, de 2005, que ‘Normatiza a participação de atletas, representantes de municípios, nas competições intermunicipais promovidas pelo Sistema Desportivo Estadual de Santa Catarina, através da Fundação Catarinense de Desporto – FESPORTE’, para permitir a inscrição de atleta formado esportivamente no Estado” – Iniciativa da Proposição em Consonância com as Regras Constitucionais – Ausência de Criação de Despesa ao Executivo – Proposição que não afeta o funcionamento e a estruturação da Administração Pública – Inexistência de Óbices Constitucional e Infralegal.

PARECER Nº 466/19-PGE

PROCESSO: SCC 13453

ORIGEM: Casa Civil

AUTOR: Evandro Régis Eckel

ASSUNTO: Análise e manifestação a respeito da proposição objeto dos autos CGE 490/2019

EMENTA: Análise de Minuta de Decreto. Procedimentos e prazos para operacionalização e superação de impedimentos de ordem técnica de emendas parlamentares de execução obrigatória. Atendimentos aos §§ 9º a 13 do art. 120 da Constituição Estadual, na redação incluída pela Emenda Constitucional nº 74/2017. Constitucionalidade e legalidade verificadas.

PARECER Nº 467/19-PGE

PROCESSO: SCC 00012962/2019

ASSUNTO: Diligência de Projeto de Lei

INTERESSADO: Secretaria de Estado da Casa Civil.

AUTOR: Loreno Weissheimer

EMENTA: Diligência ao Projeto de Lei nº 0393.9/2019, que Proíbe de deletar mensagens, comentários e afins, visíveis ao público dos perfis e páginas do Governo do Estado de Santa Catarina nas redes sociais e dá outras providências. Vício de Iniciativa. Inconstitucionalidade.

PARECER Nº 469/19-PGE

Processo: SCC 11545/2019

AUTOR: Jair Augusto Scrocaro

EMENTA: Comissão de constituição e justiça da assembleia legislativa do estado de Santa Catari-

na pedido de diligência projeto de lei de iniciativa parlamentar que “dispõe sobre a instalação de brinquedos adaptados para crianças portadoras de deficiência em locais públicos e privados de lazer estabelecidos no estado de Santa Catarina”. Iniciativa da proposição em consonância com as regras constitucionais. Exercício da competência legislativa estadual para tratar de tema alusivo à proteção e integração social das pessoas com deficiência (art. 24, XIV, CF/88). Ausência de óbices constitucional e infralegal.

PARECER Nº 470/19-PGE

PROCESSO: SCC 12.935/2019

INTERESSADO: Secretaria de Estado da Casa Civil

AUTORA: Queila de Araújo Duarte Vahl

EMENTA: autógrafo – projeto de lei de iniciativa parlamentar que “fixa o valor referencial de vencimento dos servidores do poder legislativo” – iniciativa da proposição em consonância com as regras constitucionais – matéria inerente à autonomia administrativa e financeira do poder legislativo (art. 38, cr/89) – parecer técnico da comissão de finanças e tributação da assembleia legislativa que proclama conformidade do projeto com as leis orçamentárias e com a lei de Responsabilidade fiscal – ausência de óbices à sanção governamental.

PARECER Nº 471/19-PGE

PROCESSO: SCC 00013308/2019

ASSUNTO: Autógrafo de Projeto de Lei

INTERESSADO: Secretaria de Estado da Casa Civil.

AUTOR: Loreno Weissheimer

EMENTA: Diligência. Projeto de Lei nº 0360.0/2019, que “Altera a Lei nº 14.262, de 2007, que ‘Dispõe sobre a Taxa de Prestação de Serviços Ambientais’, para atualizar a nomenclatura do órgão, bem como possibilitar o pagamento parcelado da taxa que menciona. Constitucionalidade.

PARECER Nº PAR 472/19-PGE

PROCESSO: Nº SCC 12127/2019

ASSUNTO: Pedido de diligência.

AUTOR: André Doumid Borges

EMENTA: Projeto de Lei Complementar nº 0295.8/2019, que “institui o Código Estadual de Defesa do Empreendedor e adota outras providências”. Inconstitucionalidade formal e material.

PARECER Nº 473/19-PGE

PROCESSO: SCC 0013618/2019

ASSUNTO: Autógrafo de Projeto de Lei

INTERESSADO: Secretaria de Estado da Casa Civil.

AUTOR: Loreno Weissheimer

EMENTA: Autógrafo do Projeto de Lei Complementar nº 012/2019, aprovado pela Assembleia Legislativa, de origem da Defensoria Pública do Estado, que “Altera a Lei Complementar nº 575, de 2012, que ‘Cria a Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina, dispõe sobre sua organização e funcionamento e estabelece outras providências’, para reger o estágio de estudantes na Defensoria

Pública do Estado de Santa Catarina.” Constitucionalidade.

PARECER Nº 474/19-PGE

PROCESSO: PGE 00005896/2019

ASSUNTO: Convênio

INTERESSADO: Procuradoria Geral do Estado

AUTORA: Daniela Sieberichs Leal

EMENTA: Termo de Convênio. Cooperação entre a Procuradoria Geral do Estado e o Instituto de Estudos de Protestos de Títulos do Brasil – Seção Santa Catarina. Efetivação de Protesto de Crédito componente de Dívida Ativa do Estado de Santa Catarina. Impossibilidade de previsão de prorrogação do prazo de vigência superior a 60 (sessenta) meses. Artigo 57, inciso II, da Lei n. 8.666/93. Necessidade de adequação da cláusula.

PARECER Nº 475/19-PGE

PROCESSO: SCC 12050/2019

AUTOR: Jair Augusto Scrocaro

EMENTA: comissão de constituição e justiça da assembleia legislativa do estado de Santa Catarina – pedido de diligência – projeto de lei de iniciativa parlamentar que “institui, no âmbito do estado de Santa Catarina, a política de educação digital nas escolas – cidadania digital, e dá outras providências”. Ações relacionadas à estruturação e atribuições de secretarias e de órgãos da administração pública. Matéria de iniciativa do chefe do poder executivo. Aumento de despesa. Inconstitucionalidade.

PARECER Nº 480/19-PGE

PROCESSO: SCC 00013314/2019

ASSUNTO: Diligência de Projeto de Lei

INTERESSADO: Secretaria de Estado da Casa Civil.

AUTOR: Loreno Weissheimer

EMENTA: Diligência - Projeto de Lei nº 0432.0/2019, que “Dispõe sobre a participação e representação da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiro Militar do Estado de Santa Catarina no Conselho Nacional dos Comandantes Gerais PM/CBM.” Constitucionalidade.

PARECER Nº 481/19-PGE

PROCESSO: SCC 00013330/2019

ASSUNTO: Diligência de Projeto de Lei

INTERESSADO: Secretaria de Estado da Casa Civil.

AUTOR: Loreno Weissheimer

EMENTA: Diligência ao Projeto de Lei nº 0374.6/2019, que “Institui, no âmbito do Estado de Santa Catarina, a Política de Promoção da Educação Socioemocional.” Vício Formal de Iniciativa. Inconstitucionalidade.

PARECER Nº 482/19-PGE

PROCESSO: SCC12124/2019

INTERESSADO: Secretário de Estado da Casa Civil

ASSUNTO: COJUR - Diligência de Projeto de Lei

AUTOR: Jair Augusto Scrocaro

EMENTA: comissão de constituição e justiça da assembleia legislativa do estado de Santa Catarina – pedido de diligência – projeto de lei de iniciativa

parlamentar que “Regulamenta o art. 135 da constituição do estado de Santa Catarina, estimulando a Livre iniciativa e livre concorrência para o exercício da atividade de transporte de Privado individual por motorista cadastrado em aplicativo”. Matéria relativa a trânsito e transporte. Competência privativa da união (art. 22, xi, cf/88). Competência delegada aos municípios (arts. 11-a e 11-b, lei 12.587/2012). Constitucionalidade duvidosa. Regramento constitucional e infra legal restrito à união e municípios, com exclusão do estado.

PARECER Nº 483/19-PGE

PROCESSO: SCC 00013820/2019

ASSUNTO: Autógrafo de Projeto de Lei

INTERESSADO: Secretaria de Estado da Casa Civil.

AUTORA: Daniela Sieberichs Leal

EMENTA: Autógrafo do Projeto de Lei nº 042/2017 que “Dispõe sobre a concessão mensal de auxílio-alimentação por dia trabalhado aos membros e servidores da Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina e aos integrantes do Corpo Temporário de Inativos da Segurança Pública (CTISP) que estejam prestando serviços à Instituição”. Constitucionalidade formal e material.

PARECER Nº 484/19-PGE

PROCESSO: SCC 00013320/2019

ASSUNTO: Diligência de Projeto de Lei

INTERESSADO: Secretaria de Estado da Casa Civil.

AUTOR: Loreno Weissheimer

EMENTA: Diligência ao Projeto de Lei nº 0422.8/2019, que “Dispõe sobre a instalação de câmeras de monitoramento de segurança nas creches e escolas públicas estaduais”. Aumento de Despesa sem indicação da fonte orçamentária. Inconstitucionalidade.

PARECER Nº 486/19-PGE

PROCESSO: SCC 12074/2019

ASSUNTO: COJUR – Diligência de Projeto Lei

INTERESSADO: Secretário de Estado da Casa Civil

AUTOR: Jair Augusto Scrocaro

EMENTA: diligência proveniente da assembleia legislativa – projeto de lei de iniciativa parlamentar que “dispõe sobre a comercialização de cerveja artesanal nos eventos realizados com recursos públicos no estado de Santa Catarina e dá outras providências” – competência privativa da união para legislar sobre direito comercial – ofensa aos princípios da livre iniciativa e da livre concorrência – inconstitucionalidade

PARECER Nº 487/19-PGE

PROCESSO: SCC 12963/2019

ORIGEM: Secretaria de Estado da Casa Civil

ASSUNTO: COJUR – Diligência de Projeto Lei

INTERESSADO: Secretário de Estado da Casa Civil

AUTOR: Jair Augusto Scrocaro

EMENTA: comissão de constituição e justiça da assembleia legislativa do estado de Santa Catarina – pedido de diligência – projeto de lei de iniciativa parlamentar que “dispõe sobre a isenção aos

agentes públicos do pagamento de indenização ao estado ou a terceiros, por dano material causado na condução de viatura pública em prestação de serviço de urgência e emergência”. Inconstitucionalidade da lei estadual que trata de indenização por dano material. Matéria de direito civil. Competência privativa da união para legislar sobre o tema. art. 22, inciso i, da CF.

PARECER Nº 488/19-PGE

PROCESSO: SCC 00014009/2019

ASSUNTO: Autógrafo de Projeto de Lei

INTERESSADO: Secretaria de Estado da Casa Civil.

AUTORA: Daniela Sieberichs Leal

EMENTA: Autógrafo do Projeto de Lei nº 221/2019 que “Dispõe sobre a expedição do Certificado de Registro de Veículos (CRV) e o Certificado de Registro e Licenciamento de Veículos (CRLV) no Estado e adota outras providências”. Competência privativa da União para legislar sobre trânsito segundo art. 22, XI, da Constituição Federal. Inconstitucionalidade. Recomendação de veto.

PARECER Nº 489/19-PGE

PROCESSO: SCC 0014198/2019

ASSUNTO: Autógrafo de Projeto de Lei

INTERESSADO: Secretaria de Estado da Casa Civil.

AUTOR: Loreno Weissheimer

EMENTA: Autógrafo do Projeto de Lei nº 467/2019, aprovado pela Assembleia Legislativa, de origem governamental, contendo emendas parlamentares, que “Autoriza a doação de imóveis no Município de Paial.” Constitucionalidade.

PARECER Nº 490/19-PGE

PROCESSO: SCC 00014194/2019

ASSUNTO: Autógrafo de Projeto de Lei

INTERESSADO: Secretaria de Estado da Casa Civil.

AUTORA: Daniela Sieberichs Leal

EMENTA: Autógrafo do Projeto de Lei nº 032/2019 que “Altera a Tabela VII – Atos Comuns e Isolados, da Lei Complementar nº 219, de 31 de dezembro de 2001”. Proposição de iniciativa do Tribunal de Justiça. Constitucionalidade

PARECER Nº 491/19-PGE

PROCESSO: SCC 13620/2019

INTERESSADO: Secretaria de Estado da Casa Civil

AUTOR: Jair Augusto Scrocaro

EMENTA: Autógrafo – projeto de lei de iniciativa parlamentar que “dispõe sobre a composição das comissões de processo administrativo disciplinar e de sindicância acusatória ou punitiva e a aplicação de penas disciplinares aos servidores do quadro de pessoal da assembleia legislativa do estado de santa catarina” – autonomia administrativa do poder legislativo (art. 38, cf/89) – constitucionalidade.

PARECER nº 492/19-PGE

PROCESSO: SCC 14215/2019

ORIGEM: Casa Civil

ASSUNTO: Autógrafo de Projeto de Lei

AUTOR: Evandro Régis Eckel

EMENTA: Autógrafo do Projeto de Lei nº 352.0/2019, que “Estima a receita e fixa a despesa do Estado para o exercício financeiro de 2020”. Emendas parlamentares sobre execução de emendas parlamentares impositivas. Constitucionalidade. Parecer pela sanção.

PARECER Nº 493/19-PGE

PROCESSO: SCC 14212/2019

INTERESSADA: Secretaria de Estado da Casa Civil

AUTOR: André Doumid Borges

EMENTA: Autógrafo do Projeto de Lei nº 0305.4/2019 que “Institui o Plano Plurianual para o quadriênio 2020-2023 e estabelece outras providências.” Lei de iniciativa do Chefe do Poder Executivo. Iniciativa adequada. Constitucionalidade.

PARECER Nº 494/19-PGE

PROCESSO: SCC 14202/2019

INTERESSADO: Secretaria de Estado da Casa Civil

AUTOR: Jair Augusto Scrocaro

EMENTA: autógrafo – projeto de lei de iniciativa governamental que “autoriza a cessão de uso de imóvel no município de concórdia” – matéria e iniciativa da proposição em consonância com as regras constitucionais – emenda parlamentar que não modifica a substância do texto original – ausência de óbices à sanção governamental

PARECER nº 495/19-PGE

PROCESSO: SCC 14201/2019

ORIGEM: Casa Civil

ASSUNTO: Autógrafo de Projeto de Lei

AUTOR: Evandro Régis Eckel

EMENTA: Autógrafo do Projeto de Lei nº 436/2019, que autoriza o Poder Executivo a doar imóvel à UDESC, tendo por finalidade a execução de atividades educacionais e culturais, voltadas à comunidade e à qualificação de professores. Emenda parlamentar que acrescenta outra finalidade à doação. Criação de um centro de memória e preservação da cultura negra. Tratando-se de bem público estadual, a iniciativa de lei para a autorização legislativa da alienação deve ser do Governador do Estado. Parecer nº 473/17-PGE, desta COJUR. Doação de bem público pertencente ao Estado a entidade da administração indireta estadual. Possibilidade, desde que se destine a uso próprio da entidade. Art. 3º, II, “b”, da Lei Estadual nº 5.704/80. Inconstitucionalidade. Veto parcial. Art. 54, § 2º, da Constituição Estadual. Supressão de dispositivo que contempla a finalidade da doação. Inviabilidade face à obrigatoriedade de cláusula de reversão de bem. Recomendação de veto total.

PARECER Nº 496/19-PGE

PROCESSO: SCC 00014193/2019

ASSUNTO: Autógrafo de Projeto de Lei

INTERESSADO: Secretaria de Estado da Casa Civil.

AUTORA: Daniela Sieberichs Leal

EMENTA: Autógrafo do Projeto de Lei Complementar nº 034/2019 que “Dispõe sobre os emolumentos no Estado de Santa Catarina e adota outras providências”. Proposição de iniciativa do Tribunal de Justiça. Constitucionalidade.

PARECER Nº 497/19-PGE

PROCESSO: SCC 14191/2019

INTERESSADA: Secretaria de Estado da Casa Civil

AUTOR: André Doumid Borges

EMENTA: Autógrafo do Projeto de Lei nº 026/2019, que “Altera o art. 8º da Lei Complementar nº 175, de 28 de dezembro de 1998, e dá outras providências.” Iniciativa do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina. Constitucionalidade. Recomendação de sanção.

PARECER Nº 498/19-PGE

PROCESSO: SCC 0014024/2019

ASSUNTO: Autógrafo de Projeto de Lei

INTERESSADO: Secretaria de Estado da Casa Civil.

AUTOR: Loreno Weissheimer

EMENTA: Autógrafo do Projeto de Lei nº 435/2019, aprovado pela Assembleia Legislativa, de origem governamental, contendo emendas parlamentares, que “Altera a Lei nº 17.763, de 2019, que reinstitui benefícios fiscais relativos ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) e estabelece outras providências.” Infração aos arts. 155, inciso XII, letra g) e 165, § 2.º e 6.º da Constituição Federal e ao art. 14., da LC 101/2000. Inconstitucionalidades.

PARECER Nº 499/19-PGE

PROCESSO: SCC 12119/2019

INTERESSADA: Secretaria de Estado da Casa Civil

AUTOR: André Doumid Borges

EMENTA: Diligência em projeto de Lei nº 0208.4/2018 que “Determina a obrigatoriedade das doações, por empresas estatais, doações incentivadas por entidades empresariais não controladas pelo Poder Público e por pessoas investidas em cargo público da Administração Estadual, ao Fundo para a Infância e Adolescência”. Vício de iniciativa. Ofensa ao princípio da separação dos Poderes. Inconstitucionalidades diversas. Sugestão de arquivamento

PARECER Nº 500/19-PGE

PROCESSO: Nº SCC 14.261/2019

ORIGEM: Secretaria de Estado da Casa Civil

ASSUNTO: Pedido de diligência

AUTOR: André Doumid Borges

EMENTA: Pedido de diligência em projeto de lei que que “confere aos profissionais do sexo feminino a exclusividade nos cuidados íntimos com crianças na

educação infantil e traz outras providências”. Inconstitucionalidades formais e indícios de inconstitucionalidade material. Sugestão de arquivamento.

PARECER Nº 501/2019

PROCESSO: SCC 14259/2019

ORIGEM: Secretaria de Estado da Casa Civil

INTERESSADO: Secretaria de Estado da Casa Civil

ASSUNTO: COJUR – Diligência de Projeto Lei

AUTORA: Queila de Araújo Duarte Vahl

EMENTA: comissão de constituição e justiça da assembleia legislativa do Estado de Santa Catarina – pedido de diligência – projeto de lei de iniciativa parlamentar que “dispõe sobre a divulgação, pela internet, nos sites oficiais dos hospitais públicos e privados, fotografia dos pacientes desconhecidos internados na rede de saúde pública e privada no âmbito do Estado de Santa Catarina”. Ações relacionadas à estruturação e atribuições de secretarias e de órgãos da administração pública. Matéria de iniciativa do chefe do poder executivo. Inconstitucionalidade.